

A produção social do espaço no capitalismo de plataforma

The social production of space in platform capitalism

É com grande satisfação que apresentamos este número da revista *Cadernos Metrópole*, dedicado a um tema central para a compreensão das transformações do mundo contemporâneo: o capitalismo de plataforma e seus profundos impactos na produção social do espaço urbano e regional.

Vivemos um período de mudanças radicais no funcionamento do capitalismo, ainda mais disruptivas que as transformações da década de 1970. Diversas denominações e abordagens tentam capturar a essência desse novo período: “capitalismo financeirizado” (Lapavistas, 2009), “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019) “capitalismo rentista” (Christophers, 2020), “tecnofeudalismo” (Varoufakis, 2025) dentre tantas outras possibilidades. Entretanto, este número focaliza, especificamente, o “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017), explorando suas reverberações na organização das cidades e regiões, o que deu origem a conceitos tais como “urbanismo de plataforma” (Graham, 2020), “digitalização do espaço urbano” (Lee et al., 2020) e “urbanização da internet” (Mezzadra et al., 2024). Embora reconheçamos as raízes teóricas dessas discussões em formulações sobre o “regime de acumulação flexível” (Harvey, [1989] 2008), o “meio técnico-científico-informacional” (Santos, [1996] 2008) e a “sociedade em rede” (Castells, 1999), o século XXI apresenta-nos novidades substanciais.

A revolução técnico-científica atingiu patamares sem precedentes, impulsionada pela difusão de tecnologias como a internet das coisas, a *big data*, o aprendizado de máquina, a realidade aumentada e, sobretudo, a inteligência artificial. Estas e outras inovações redefinem as maneiras de relacionamento com o tempo e o espaço. Elas estão moldando novas experiências humanas (e urbanas) intrinsecamente ligadas à plataformização e à digitalização do capitalismo. Ou seja, experiências mediadas pela centralidade, cada vez maior, das chamadas plataformas digitais, assim como das redes sociais.



Atualmente, estão em curso acirradas discussões sobre os impactos das redes sociais e das plataformas digitais na esfera política, nos processos de subjetivação, na socialização escolar, no mundo do trabalho, entre outros domínios radicalmente transformados à medida que essas redes e plataformas exercem sua influência.

No que concerne à esfera política, ao menos desde o escândalo em torno das interferências da empresa de análise de dados *Cambridge Analytica* nas eleições norte-americanas de 2016 e na campanha pelo Brexit, consolidou-se a ideia de que a democracia está ameaçada diante da capilaridade das redes sociais. Autores, como Han (2022), ressaltam as múltiplas conexões entre a digitalização e a crise da democracia, que se degenera em *infocracia*: um regime que, segundo suas palavras, “degrada os seres humanos em gado, em *animais de consumo e dados*” (p. 7; grifo do autor).

No que diz respeito aos processos de subjetivação, pode-se mencionar o recente sucesso do seriado britânico *Adolescência*, que alcançou o recorde de 66,3 milhões de visualizações na Netflix em apenas 11 dias. Trata-se de uma obra de ficção que coloca em debate as graves consequências da formação de crianças e adolescentes numa nova etapa da história. Uma etapa em que os responsáveis, voluntária e/ou involuntariamente, têm pouquíssimo controle sobre os conteúdos que chegam até seus filhos e filhas via computadores, televisões, *tablets* e celulares conectados à internet.

É justamente o uso excessivo e não controlado de equipamentos e mídias digitais por crianças e adolescentes que está no centro das polêmicas, no Brasil e no mundo, sobre a proibição do uso de *smartphones* nos espaços escolares. Isso porque já existem numerosas pesquisas, nos campos da neurociência, da psicologia, da pedagogia, entre outros, que apontam os riscos e os impactos da utilização prolongada e não mediada desses equipamentos e mídias na saúde mental e nos processos de ensino-aprendizagem.

No que se refere ao mundo do trabalho, disciplinas como a sociologia, a antropologia e a economia política avançaram muito, nos últimos anos, na caracterização das correspondências entre a platformização e a precarização das condições laborais (cf., por exemplo, Antunes, 2018 e 2023). Hoje, conceitos tais como *uberização* circulam não só no universo acadêmico (Abílio, 2017, 2019 e 2020), mas também no âmbito das decisões judiciais/legais acerca do trabalho em plataformas digitais.

Há muitos outros exemplos. No entanto, o que se quer destacar, nesta apresentação e neste número de *Cadernos Metrópole*, é o seguinte: o funcionamento das plataformas digitais, com base em seus respectivos modelos de negócios, não só recoloca, mas, principalmente, inaugura conflitos e problemas relativos à “questão urbana” (e mesmo à “questão regional”). Basta pensar, a título de ilustração, nos casos que estão em disputa nas duas maiores cidades do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Casos relacionados às controvérsias em torno da regulação dos serviços platformizados de mototáxi e das plataformas de aluguel de curto prazo.

Mas, enfim, compreender as dinâmicas de platformização do capitalismo, em suas conexões com a produção social do espaço, exige considerar, antes de tudo, a hipertrofia dos capitais de aplicação financeira (capitais portadores de juros e capitais fictícios) e a emergência de uma nova forma de dominação: a “dominação financeiro-informacional”, que permeia todas as dimensões da vida em sociedade.

No contexto dessa nova forma de dominação, um volume gigantesco de capitais sobreacumulados foi direcionado para a esfera dos investimentos em plataformas e empresas digitais. Além das *Big Techs* já consolidadas, como Amazon e Google, a crise de 2008, por exemplo, pavimentou o caminho para a ascensão de diversas empresas-aplicativo, que impuseram novos modelos de negócios, baseados na gestão de algoritmos, na “racionalidade logística” (Cuppini, Frapporti e Pirone, 2022), no “maquinário digital-informacional” (Antunes, 2023) e no controle monopolístico de tecnologias georreferenciadas. E, como já sugerido, tudo isso repercute, profunda e radicalmente, nos mais diversos âmbitos, merecendo ampla atenção também no campo dos estudos urbanos e regionais.

Diante desse cenário complexo, surge, portanto, uma nova agenda de pesquisa, pautada pelos impactos da plataformaização do capitalismo na produção social do espaço. É necessário explorar como a expansão das plataformas digitais de serviços afeta os mecanismos de captura de rendas urbanas e o funcionamento dos mercados imobiliários, intensificando tendências de mercantilização e financeirização das cidades. É preciso analisar a influência das plataformas de aluguel de curto prazo, como a Airbnb, nos preços imobiliários e nos processos de gentrificação. É urgente, enfim, investigar como essas plataformas impactam a estrutura social e ocupacional das cidades, estimulando estudos comparativos sobre sua atuação em diferentes contextos urbanos, tanto no Brasil quanto no mundo.

Além disso, existe grande afinidade dessas questões com o debate sobre a “urbanização logística”, que acentua os nexos entre extração, logística e finanças (Arboleda, 2020). Isso ocorre porque, no *e-commerce* e em outras atividades, a logística tornou-se um elemento central dos processos de acumulação, exigindo uma gestão cada vez mais sofisticada dos “fixos” e “fluxos” espaciais (Diniz e Gonçalves, 2022). É aqui que o debate ganha maior abrangência, alcançando e transpondo a escala regional, pois a logística envolve, acima de tudo, complexos arranjos multiescalares (Yassu, 2021 e 2022).

Em suma, o presente número de *Cadernos Metrópole* reúne contribuições, teóricas e empíricas, que exploram essa nova e importante fronteira de transformação da vida nas cidades do século XXI. Esperamos que esse conjunto de artigos contribua para um debate mais profundo e informado acerca dos desafios que o capitalismo de plataforma apresenta para o futuro dos espaços urbanos, metropolitanos e regionais.

Cumpre, por fim, expor, sumariamente, o modo como os artigos estão dispostos e articulados.

Em primeiro lugar, Vanessa Lacerda, Rejane Prevot e Renan Moura mobilizam o conceito de capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), assim como o debate sobre o advento da chamada *gig economy*. E, ao fazê-lo, problematizam as relações de trabalho no Brasil contemporâneo, o que fica explícito no título de seu artigo: *Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil*.

Na sequência, apresentamos a leitura articulada de uma série de quatro artigos, os quais se ocupam dos impactos das plataformas digitais de aluguel nos mercados imobiliários. Trata-se das seguintes contribuições:

1) *Do QuintoAndar ao topo: reestruturação do mercado de locação brasileiro via plataformas*, de Lucas Meirelles Toledo Ramos Batista;

2) *Índice de Predominância Airbnb: influência da plataforma no mercado brasileiro de aluguéis*, de Josiane Nascimento Andrade, Cristina Pereira de Araujo e Claudio Tadeu Cristino;

3) *Aluguel via plataformas digitais em áreas centrais: hibridização entre moradia e hospedagem*, de Iana Ludermitr Bernardino; e

4) *Financeirização do espaço urbano e capitalismo de plataforma: produção imobiliária em Porto Alegre-RS*, de Nicole Leal de Almeida, Carolina Rezende Faccin e Heleniza Ávila Campos.

Sem dúvida, reunidas e comparadas, essas contribuições oferecem um rico panorama do modo como essas plataformas, especialmente a Airbnb, mas também a QuintoAndar, afetam as tradicionais dinâmicas dos mercados imobiliários brasileiros. Elas ressaltam, ainda, questões pertinentes à financeirização urbana, à segregação socioespacial e ao direito à cidade.

Mais adiante, os artigos de Eugênia Dória Viana Cerqueira, Marden Barbosa de Campos e Dimitri Fazito, *Belo Horizonte 4.0: Airbnb e a regionalização do espaço vivido*; e de Donizete Correa Franco Pires e Jussara Raimundo Fuchs, *Presença e ausência do Estado: a localização do Airbnb em Blumenau-SC*, seguem tomando os fundamentos e efeitos espaciais da atuação da Airbnb como objeto de reflexão. Mas as ênfases apontam para outras questões. No primeiro caso, observa-se como as avaliações de usuários da Airbnb resultam em processos de regionalização do espaço vivido em Belo Horizonte. No segundo, a reflexão sugere certa mudança nos padrões de investimentos públicos viários, em Blumenau, cidade industrial e turística de porte médio. Investimentos que estariam sendo direcionados para as áreas onde se localizam os imóveis disponibilizados pela referida plataforma.

Os artigos *Cruzando fronteiras: uberização e logística na periferia do capitalismo*, de Juliana Cornacchioni e Isadora de Andrade Guerreiro; e *Comércio eletrônico e urbanização logística na última milha da entrega*, de Diogo David de Matos, problematizam o tema da urbanização logística, como seus títulos sugerem. Em nossa opinião, algo tanto mais urgente quando se sabe que, seja na esfera do *e-commerce*, seja em outros domínios, a “racionalidade logística”, já mencionada nesta apresentação, tornou-se um dos principais vetores de agenciamento do território em nome da acumulação de capital.

A contribuição de Leandro Ribeiro Duarte e Fabio Tozi, no artigo *Plataformização e exclusão algorítmica: estratégias territoriais do IFood em Belo Horizonte (MG)*, também sugere a centralidade da racionalidade logística. Mas, nesse caso, o Ifood é a plataforma considerada e ilumina-se a questão da “exclusão algorítmica de territórios indesejáveis”. Não sendo desnecessário dizer que, no fundo, todas as plataformas digitais operam, de alguma maneira, em consonância com essa racionalidade logística.

Os textos de Bianca Tavorali e Marcella Puppio, *Regulação de plataformas: distorções no planejamento urbano e zoneamento em São Paulo*; e de Gustavo Mattos e Ana Marcela Ardila, *Freios à plataforma: uma análise do embate regulatório do Uber na Colômbia*, são da maior importância, em termos acadêmicos e políticos, porque sublinham o imperativo da regulação das plataformas digitais. Plataformas que adquiriram amplas capacidades de interferir e “distorcer” o que se passa no campo do planejamento e da gestão urbanos. Na verdade, trata-se de uma verdadeira “disrupção”

promovida pelas plataformas, pois elas, em geral, contornam e/ou subvertem a legislação urbanística estabelecida, impondo seus modelos de negócios e seus padrões de territorialização. Em seguida, instaurado um verdadeiro “curto-circuito” na vida urbana (para lembrar e ampliar uma expressão de Milton Santos), as plataformas colocam-se numa posição bastante privilegiada para “negociar” os limites e as possibilidades de suas operações. Foi assim no Brasil e tem sido assim no mundo inteiro.

Por fim, recomendamos a leitura atenta do artigo *Porto Alegre inteligente: estudo de caso de uma reestruturação urbana neoliberal*, de Joana Winckler. A autora explora os impactos da agenda das *smart cities*, o que é feito a partir da análise dos ajustes regulatórios e projetos urbanos que têm influenciado práticas e representações em Porto Alegre. Sem sombra de dúvidas, o artigo ajuda-nos a compreender não só o caso em tela, mas também as dinâmicas de iniciativas semelhantes, que estão em vigor ou sendo projetadas em outras cidades brasileiras.

Além dos artigos que compõem este dossiê, também há aporte dos seguintes textos complementares: *“São Paulo 1975: crescimento e pobreza”: uma discussão sobre a pobreza*, de Paulo Cesar Xavier Pereira e Thaís Oliveira Ponte; *Pactuações, dissonâncias e protestações: reflexões a partir da área central do Recife*, de Norma Lacerda, Antonio Felix Neto e Vitória Rodrigues Lacerda; *Avaliação de Impactos Territoriais: aplicação de uma proposição metodológica à realidade brasileira*, de Jaqueline Lima Amorim e Ednice de Oliveira Fontes Baitz; *Ocupação urbana e vulnerabilidade socioambiental na sub-bacia do rio Itacorubi, Florianópolis/SC*, de Cássia Regina Segnor e Almir Francisco Reis; e *Trabalho infantil e a produção de castanha-de-caju em João Câmara/RN*, de Cláudio Roberto de Jesus e Welter Peterson da Silva Oliveira.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Luiz César de Queiroz Ribeiro [I]

Nelson Diniz [II]

Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0001-9344-8135>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
lcqribeiro@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0009-0004-7492-5900>

Colégio Pedro II, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
nelsondiniz@hotmail.com

Referências

- ABÍLIO, L. (2017). *Uberização do trabalho: a subsunção real da viração*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 16 out 2024.
- _____. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3.
- _____. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, pp. 111-126.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2023). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo, Boitempo.
- ARBOLEDA, M. (2020). *Planetary mine: territories of extraction under late capitalism*. Londres, Verso.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. São Paulo, Paz e Terra.
- CHRISTOPHERS, B. (2020). *Rentier capitalism: who owns the economy, and who pays for it?* Londres, Verso.
- CUPPINI, N.; FRAPPORTI, M.; PIRONE, M. (2022). When cities meet platforms: towards a trans-urban approach. *Digital Geography and Society*, v. 3, pp. 1-5.
- DINIZ, N.; GONÇALVES, P. (2022). As cidades dos galpões. Dinâmica e contradições da urbanização logística. *E-metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 49, pp. 6-15.
- GRAHAM, M. (2020). Regulate, replicate and resist – the conjunctural geographies of platform urbanism. *Urban Geography*, v. 41, n. 3, pp. 453-457.
- HAN, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Rio de Janeiro, Vozes.
- HARVEY, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- LAPAVITSAS, C. (2009). Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. *Historical materialism*, v. 17, n. 2, pp. 114-148.
- LEE, A. et al. (2020). Mapping platform urbanism: charting the nuance of the platform pivot. *Urban Planning*, v. 5, n. 1, pp. 116-128.
- MEZZADRA, S. et al. (2024). "Introduction. The platform age". In: MEZZADRA, S. et al. *Capitalism in the platform age. Emerging assemblages of labour and welfare in urban spaces*. Berlin, Springer.
- SANTOS, M. (2008). *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Edusp.
- SRNICEK, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge, UK; Malden, MA, Polity Press.
- VAROUFAKIS, Y. (2025). *Tecnofeudalismo*. São Paulo, Planeta do Brasil.
- YASSU, A. (2021). *A reestruturação imobiliária e os arranjos escalares na (re)produção da metrópole: o caso de Cajamar-SP*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/Letra Capital.
- _____. (2022). *Cajamar e a face oculta da modernidade digital*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/20/cajamar-e-a-face-oculta-da-modernidade-digital>. Acesso em: 16 out 2024.
- ZUBOFF, S. (2019). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder*. Rio de Janeiro, Intrínseca.